

NIKETCHE: UM ROMANCE SOBRE COLONIALIDADE E LUTA DAS MULHERES

Renato Kerly Marques Silva¹

RESUMO: *Niketche: uma história de poligamia*, escrito por Paulina Chiziane, coloca em evidência relações sociais marcadas pela Colonialidade do Poder (QUIJANO, 2005), em Moçambique. O romance apresenta uma crítica à interdição do casamento poligâmico e à hipocrisia de líderes políticos que oficialmente defendiam a monogamia, mas viviam em poligamia. A narrativa sugere que a opressão das mulheres é acentuada pelo entroncamento de patriarcados (PAREDES, 2017), estabelecido entre colonizados e colonizadores, exemplificados a partir das interdições impostas pelo Estado e pela cultura ocidental que intensificam a opressão a que as mulheres moçambicanas estão submetidas. O texto propõe o estabelecimento da devolução da história (SEGATO, 2012) para as mulheres do romance. Ao construírem uma rede de apoio, elas conseguem implementar seu próprio projeto histórico e, dessa forma, têm a possibilidade de conquistar melhores condições de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica Feminista; Colonialidade; Escritora; Romance; Moçambique.

NIKETCHE: A NOVEL ABOUT COLONIALITY AND WOMEN'S STRUGGLE

ABSTRACT: *Niketche: A story of polygamy*, written by Paulina Chiziane, puts evidence of social relations marked by the Coloniality of Power (QUIJANO, 2005), in Mozambique. The novel presents a criticism of the ban on polygamous marriage and the hypocrisy of political leaders who officially defended monogamy, but who lived in polygamy. The narrative suggests that the oppression of women is accentuated by the patriarchal interlocking (PAREDES, 2017), established between colonized and colonizers, exemplified by the prohibitions imposed by the State and by Western culture that intensify the oppression to which Mozambican women are subjected. The text proposes the establishment of a historic devolution (SEGATO, 2012) for women in the novel. By building a support network, they are able to implement their own historical project and, thus, have the possibility of achieving better living conditions.

KEYWORDS: Feminist Criticism; Coloniality; Woman writer; Novel; Mozambique.

Introdução

A escritora moçambicana Paulina Chiziane (1955), publicou, em 2002, o romance *Niketche: uma história de poligamia*. Neste artigo, identifico a narrativa como uma proposta de organização política para a conquista de direitos para as mulheres, a partir do enfrentamento às opressões às quais as mulheres são submetidas. O romance considera que tais opressões são agravadas a partir do estabelecimento da colonização portuguesa. Para superar alguns dos problemas sociais, o texto propõe um diálogo entre as diversas

¹ Doutorando em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. Professor da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC-MA).

práticas sociais dos diferentes povos que compõem a população moçambicana. Em resumo, o romance prega que a união entre as mulheres pode colaborar para a produção de relações sociais mais vantajosas para as mulheres.

Ao longo da narrativa, a autora dá relevo à tensão existente entre discursos que regulam o casamento entre homens e mulheres na República de Moçambique. De um lado vemos o discurso do Estado, influenciado pelo cristianismo, que reconhece apenas o casamento monogâmico como forma de união legítima. Do outro, estão as práticas sociais que regulamentam uniões polígamas, que são respaldadas por discursos baseados na tradição e estão associadas a religiões tradicionais africanas ou ao islamismo. Religiões tradicionais africanas é uma categoria que engloba diversas manifestações culturais, religiosas e espirituais praticadas no continente por diferentes grupos étnicos.

O romance apresenta, ainda, uma terceira forma de relações que são estabelecidas entre homens e mulheres e que não têm o status de casamento monogâmico nem poligâmico. Segundo o romance, esposas e filhos não reconhecidos pela instância de um casamento mono ou poligâmico não têm os direitos que são conferidos a famílias de uniões oficializadas, dentre eles: reconhecimento da paternidade, apoio financeiro para criação dos filhos e direito sobre herança. A situação de desamparo vivida por mulheres em relacionamentos não oficiais pode ser percebida na descrição dos percalços que Luísa, uma das esposas de Tony, enfrenta: “São dois filhos a quem ele presta assistência apenas quando lhe dá na gana. Para alimentar os filhos, a pobre tem que arrancar cabelos e pentelhos, transformar em grão, para cozer o pão” (CHIZIANE, 2004, p. 66). Além da exclusão desses direitos, a ausência de um marido parece provocar nas personagens do romance um sentimento de fracasso social. Apesar da posição submissa que as mulheres devem manter em relação aos seus maridos, não ter um marido parece associar algumas mulheres a um *status* que é inferior ao das mulheres com algum tipo de relacionamento.

A situação da mulher na sociedade moçambicana é o ponto central da narrativa e, além da descrição dos problemas vividos pelas personagens, o texto procura discutir como o casamento e a poligamia representam um problema social no país. Nas margens da narrativa, a discussão sobre os ritos de iniciação que envolvem a entrada das jovens na puberdade, também refletem a tensão vivida entre as moçambicanas, e expõe os questionamentos de setores do movimento feminista no país. Ao refletir sobre esses temas, o texto indica a colonização como um elemento importante a influenciar as discussões e disputas que perpassam as relações de gênero.

Moçambique, ex-colônia

Niketche: uma história de poligamia é um romance que apresenta uma proposta de (re)construção de um Estado marcado pela experiência de séculos de dominação colonial, quinze anos de guerra pela independência (1964-1974) e mais dezesseis anos

de guerra civil (1977-1992). Eventos que marcaram e assolaram o país. No momento em que Chiziane escreve o romance, a lembrança dos conflitos ainda é recente e as primeiras linhas do livro retomam as memórias da guerra: “um estrondo ouve-se do lado de lá. Uma bomba. Mina antipessoal. Deve ser a guerra a regressar outra vez. Penso em esconder-me. Em fugir” (CHIZIANE, 2004, p. 9).

Ao lembrar que o romance foi publicado em 2002, apenas dez anos após o fim oficial dos conflitos, constato que a memória das guerras ainda mobiliza sentimentos de uma experiência recente. Dedicar as primeiras linhas do romance para lembrar esse período apresenta-se como uma estratégia para inscrever a narrativa como uma crítica à colonização e à instabilidade provocadas pelas disputas entre a metrópole e os povos de Moçambique (no caso da guerra pela independência); além de lembrar as disputas políticas, que como reflexo do contexto da Guerra Fria, insuflaram as disputas entre grupos socialistas e capitalistas durante a guerra civil. Entretanto, esses dois eventos representam apenas uma parte da história moçambicana, marcada por mais de três séculos de colonização portuguesa.

O território que conhecemos hoje como a República de Moçambique, como grande parte dos países do continente africano, foi delimitado por conflitos, em grande parte, influenciados por agentes externos a esse continente. Com a partilha da África pelas potências europeias durante a Conferência de Berlim (1885), Portugal assegurou direitos de exploração e influência política sobre a região. A experiência da colonização é um fator determinante no estabelecimento das fronteiras de muitos dos Estados que do continente. No caso de Moçambique, a presença portuguesa na região remonta ao início do século XVI (CABAÇO, 2007)². Como nos demais países submetidos ao controle das potências europeias, a divisão territorial de cada país desconsiderou os diferentes grupos etnolinguísticos que viviam em tais regiões. Muitas vezes, essas diferenças étnicas são exploradas politicamente pelos colonizadores, estimulando conflitos entre os povos originários e criando condições para uma dominação mais eficiente. Um dos conflitos que exemplificam essa prática é o genocídio perpetrado pelos hutus contra tutsi, durante a Guerra Civil de Ruanda (1994). Para os historiadores, a raiz das tensões que culminaram na morte de quase um milhão de tutsis foi estimulada durante a colonização Belga naquele país (PINTO, 2011). Como observam os estudos pós-coloniais, o processo de colonização, para além da dominação política e econômica, é sustentado pela disseminação de um discurso etnocêntrico eurocentrado. Como nos lembra Dussel: “A civilização moderna se entende como mais desenvolvida, superior (o que significa manter, inconscientemente, uma posição ideologicamente eurocêntrica)”³ (2000, p. 49). Nesse sentido, sociedades que não comungassem dos mesmos valores/costumes do colonizador deveriam ser submetidas a tais costumes.

A independência de Moçambique foi reconhecida no dia 25 de junho de 1975.

² As informações relacionadas com a História de Moçambique têm como referência as informações apresentadas na Tese de Doutorado em Antropologia Social de José Luís de Oliveira Cabaço (2007). Quando a informação tiver outra fonte ela será indicada separadamente.

³ Texto original: “La civilización moderna se autocomprende como más desarrollada, superior (lo que significará sostener sin conciencia una posición ideológicamente eurocéntrica)” (DUSSEL, 2000, p. 49).

Como já citado, após a independência, entre os anos de 1977 a 1992, seguiram-se mais dezesseis anos de Guerra Civil, que levaram à morte mais de um milhão de pessoas. É importante registrar que esta guerra, encampada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e pela Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), associadas, respectivamente, a tendências políticas comunistas e capitalistas, foi fortemente influenciada pelo período de disputas entre países socialistas (bloco liderado pela União Soviética) e capitalistas (cujo maior expoente são os Estados Unidos da América) conhecido como Guerra Fria.

Após esta concisa contextualização acerca do período colonial e pós colonial de Moçambique, destacando os conflitos ocorridos, é apropriado lembrar, como sugere Martins (2006), que *Niketche* pode ser lido como um romance que busca produzir uma identidade Moçambicana, reconhecendo e relacionando toda a diversidade de povos que habitam o país. Além disso, o romance também elabora uma crítica a algumas políticas instituídas pela FRELIMO, partido que governa o país desde o fim da guerra civil. Como citado, alguns elementos ganham destaque no romance e refletem as marcas deixadas pelo período colonial e pelas guerras por e pós independência: a legislação que impõe a monogamia e as práticas associadas aos ritos de iniciação que as(os) jovens são submetidas(os) no início da puberdade ocupam espaço de destaque na análise apresentada nas próximas páginas.

Poligamia e o discurso colonial

O romance apresenta a relação de Rami (Rosa Maria), personagem narradora, com seu marido Tony (Comandante António Tomás), e as demais esposas com quem Rami compartilha o marido: Julieta, Luísa, Saly e Mauá Sualé. Inicialmente, o texto discute os efeitos benéficos/necessários da poligamia para a sociedade moçambicana. O reconhecimento da poligamia como uma prática necessária é fundamentada pela presença dela na organização dos relacionamentos de alguns dos povos que vivem no país. Ao reconstruir uma genealogia da poligamia em Moçambique, o romance apresenta a prática como relacionada a fatores históricos e religiosos que se modificam ao longo do tempo:

Conheço um povo sem poligamia: o povo macua. Este povo deixou as suas raízes e apoligamou-se por influência da religião. Islamizou-se. [...] Conheço um povo de tradição poligâmica: o meu, do sul do meu país. Inspirado no papa, nos padres e nos santos, disse não à poligamia. Cristianizou-se. Jurou deixar os costumes bárbaros de casar com muitas mulheres para tornar-se monógamo ou celibatário. [...] Um dia dizem não aos costumes, sim ao cristianismo e à lei. No momento seguinte, dizem não onde disseram sim, ou sim onde disseram não (CHIZIANE, 2004, p. 92).

Nas primeiras páginas do livro, Rami tenta reconquistar o marido que, após vinte anos de casamento, aparece em casa por rápidos momentos para tomar banho e trocar de roupa. Ela sabe que ele formou família, tem filhos e montou casas as demais esposas.

Após brigar com algumas dessas mulheres, Rami começa uma jornada para descobrir o que deve fazer para reconquistá-lo. Diante da possibilidade de sofrer com a falta de segurança que a ausência de uma figura masculina expõe as mulheres desse contexto, ela apela para diversas táticas: frequenta igrejas cristãs; visita curandeiros e conselheiras amorosas; ouve a experiência de diversas mulheres. Nesse percurso pela reconquista do marido, ela compreende que é impossível apagar a existência das outras esposas e dos outros filhos de Tony.

Como alternativa, a personagem começa a pensar sobre a possibilidade de viver um casamento poligâmico. Após conhecer as outras esposas de Tony, a narradora muda sua imagem sobre as outras esposas, passa a identificá-las como vítimas das regras a que as mulheres estão submetidas na sociedade moçambicana, seu marido passa a ocupar o papel de vilão/opressor (CHIZIANE, 2004, p. 27). Nesse cenário, a personagem vê a poligamia como uma possibilidade para manter seu casamento e forma de garantir direitos para as demais esposas e filhos de Tony, já que a poligamia é regida por um conjunto de normas socialmente compartilhadas por alguns povos do país. Além disso, Rami observa que a incorporação da monogamia é influenciada pela colonização portuguesa, e que a imposição dessa norma desestabilizou a organização social que havia no sul de Moçambique. Ao identificar os agentes desse processo histórico, Chiziane critica colonizadores e políticos que incorporaram as normas dos colonizadores às leis do país.

Nunca ninguém me disse a origem da poligamia. Por que é que a igreja proibiu estas práticas tão vitais para a harmonia de um lar? Por que é que os políticos da geração da liberdade levantaram o punho e disseram abaixo os ritos de iniciação? É algum crime ter uma escola de amor? Diziam eles que essas escolas tinham hábitos retrógrados. E têm. Dizem que são conservadoras. E são. A igreja também é. Também o são as universidades e todas as escolas formais. Em lugar de destruir as escolas de amor, por que não reformá-las? O colonizado é cego. Destrói o seu, assimila o alheio, sem enxergar o próprio umbigo. E agora? Na nossa terra há muito desgosto e muita dor, as mulheres perdem os seus maridos por não conhecerem os truques de amor (CHIZIANE, 2004, p. 45).

Neste trecho, vários elementos chamam atenção. A reflexão da personagem surge em um momento em que Rami já ouviu as experiências de várias mulheres. Seu questionamento contra a interdição da poligamia pelas igrejas cristãs e contra os políticos que proibiram-na, após a independência, é fruto do reconhecimento de uma forma de vida que se organizava antes da influência de um discurso religioso e de um discurso legal baseados em doutrinas europeias, a partir dos quais Moçambique tenta constituir-se como um Estado-Nação, nos moldes dos Estados europeus. Nesse cenário, a poligamia, o *lobolodote*, compensação financeira paga para a família da noiva – e os ritos de iniciação, práticas tradicionais, são proibidos. É importante reproduzir o registro de Gasparetto (2019) sobre o processo de implantação de políticas que interditavam práticas tradicionais em Moçambique:

No âmbito das relações de gênero, o Programa de Reconstrução Nacional do Governo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique),

baseava-se nos ideários da Organização da Mulher Moçambicana que tinha por objetivo eliminar as práticas tradicionais, como o *lobolo*, a poligamia e os ritos de iniciação. A Organização da Mulher Moçambicana trouxe essas agendas à cena pública por considerar que acentuavam a discriminação das mulheres, mas há controvérsias sobre a ausência de uma negociação com a base social acerca das transições de comportamentos em relação a essas práticas (GASPARETTO, 2019, p. 83).

Estabelecendo uma oposição às instituições que passam a reger as formas de viver na Moçambique pós independência (Estado, Igreja e Ciência), Rami lembra que as escolas de amor⁴ divulgam um conhecimento necessário para a vida conjugal. No romance, escolas de amor é a denominação que recebe o período em que as/os jovens passam pelos ritos de iniciação que as/os introduz na vida adulta. Nesse período, as/os jovens recebem os diferentes conhecimentos necessários para iniciarem a vida social / sexual. Os ensinamentos sobre a limpeza e cuidados com a gravidez são registrados em todas as regiões do país, mas, as práticas apresentadas no romance, como o alongamento dos lábios vaginais são mais comuns no norte de Moçambique. O período de orientações pode durar de dois dias a dois meses (BAGNOL, 2011). Tais conhecimentos compreendem tecnologias de gênero (LAURETIS, 1994) que indicam como cada indivíduo deve se portar frente a sociedade e nas relações sexuais, maritais, além das técnicas corporais que podem ser realizadas para potencializar o prazer (como o alongamento dos lábios vaginais). Os ritos de iniciação representam uma importante etapa na construção social de meninos e meninas:

Os ritos de iniciação ou de transição são muito importantes nas áreas rurais, pois se concentram em três aspectos principais do indivíduo na sociedade: a saúde sexual e reprodutiva, o papel da mulher e do homem na sociedade, o conhecimento global para ser aceito como adulto na sociedade. [...] Após os ritos, os jovens são considerados prontos para se casar e podem participar ativamente da vida de suas comunidades. Caso contrário, a pessoa que não participa desses rituais nunca é considerada adulta, mesmo se for idosa (SILVA, 2016, p. 5)⁵.

A compreensão de que a realização dos ritos de iniciação funcionam como a forma de acesso à vida adulta é percebida na forma como a conselheira amorosa trata Rami e Tony: “És mesmo uma criança, ainda não és mulher” (CHIZIANE, 2004, p. 37); “O teu marido também não é homem, é apenas criança” (CHIZIANE, 2004, p. 40). Após ter acesso aos ensinamentos tradicionais, Rami percebe que os conhecimentos que aprendeu estão deslocados das suas necessidades: “Revolto-me. Andei a aprender

⁴ Mais informações sobre os ritos podem ser encontradas em OSÓRIO & MACUÁCUA (2013) e em MARIANO (2017).

⁵ Texto original: “The initiation or transitional rituals are very important in rural areas as they focus on three main aspects of the individual in society: the sexual and reproductive health, the role of woman and man in society, global knowledge to be accepted as an adult in society. [...] After this ritual, the youth is considered ready to get married and they can actively participate in their communities’ life. Otherwise, the person who does not participate in these rituals is never considered as an adult, even if he/she is at an elderly age” (SILVA, 2016, p. 5).

coisas que não servem para nada. Até escola de *ballet* eu fiz” (CHIZIANE, 2004, p. 44). Aqui emerge mais uma crítica ao processo de colonização, o *ballet*, estilo de dança europeu, é representado como um conhecimento inútil para a vida de Rami. Ao longo do romance ela aprende a dançar o *Niketche*, dança de amor popular no norte de Moçambique, que, em oposição ao *ballet*, é apresentada como um conhecimento necessário para a mulher moçambicana.

Ao longo da narrativa, no processo de interação com várias mulheres, dentre elas as outras esposas de Tony, Rami conhece a multiplicidade de experiências das mulheres de Moçambique. A multiculturalidade do país é resumida na distinção entre povos do norte e do sul. Junto com a descrição da diversidade cultural do país, a autora reconhece as instituições que trabalham para a afirmação da colonialidade. Ela identifica que igrejas, universidades e escolas formais são instituições que divulgam conhecimentos que pretendem se sobrepôr, por exemplo, aos conhecimentos ensinados pelas escolas de amor. Em função da divulgação desses conhecimentos, os ritos de iniciação são vistos como expressão do atraso da colônia, com seus “costumes bárbaros” frente aos costumes impostos pela metrópole.

Neste ponto, é importante lembrar como a Colonialidade do Poder (QUIJANO, 2005) é estabelecida durante o processo colonial. Dussel (2000) é um dos críticos que observam que o discurso do colonizador apresenta a dominação sobre outros povos como uma missão cujo objetivo seria conduzir o povo colonizado, identificado como um povo inferior, para um ponto de desenvolvimento já alcançado por sociedades europeias. Nesse processo, a dominação política/administrativa, Colonialidade do Poder, é estabelecida com o apoio de vários elementos. Além do poder político, “Como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 121).

Dessa forma, os ritos de iniciação e os conhecimentos relacionados à sexualidade de grupos étnicos de Moçambique são reprimidos pelo governo colonial português e pelo Estado moçambicano estabelecido após a independência. Ao propor a destruição das escolas de amor, em vez de reformá-las, como sugere a narradora, o Estado moçambicano reconhece que uma forma de vida e os conhecimentos associados a ela (uma epistemologia) são superiores a outras. Assim, os conhecimentos/normas de origem europeia são estabelecidos como válidos, enquanto os conhecimentos ensinados pelas escolas de amor devem ser apagados.

Apesar da centralidade dada à crítica da regulamentação da sexualidade influenciada pela colonização portuguesa, o texto apresenta a multiplicidade de experiências relacionadas à sexualidade da mulher no contexto africano. “Enquanto noutras partes da África se faz a famosa excisão feminina, aqui os genitais se alongam. Nesses lugares o prazer é reprimido, aqui é estimulado” (CHIZIANE, 2004, p. 44). Dessa forma, a autora permite vislumbrar o complexo contexto das relações de gênero em Moçambique e nos países vizinhos, frente a experiência da colonização. Ao observar a teia de relações que influenciam a percepção sobre a poligamia, o texto identifica o colonizado como um cego, que não consegue perceber que o poder colonial, ou a

colonialidade do poder, nos termos de Quijano (2005), se sustenta a partir de aspectos simbólicos: “O colonizado é cego. Destrói o seu, assimila o alheio, sem enxergar o próprio umbigo” (CHIZIANE, 2004, p. 45). Como na superfície o poder colonial parece estar sustentado pelas relações de administração política e econômica instituídas pela metrópole, outros aspectos que sustentam a dominação colonial passam como invisíveis, apesar de operarem continuamente para o reforço das relações coloniais, a partir das quais a colônia deve ocupar uma posição inferior frente à metrópole.

Nos capítulos iniciais do romance, o apagamento dos ensinamentos ancestrais é identificado como o motivo dos relacionamentos infelizes das mulheres. Segundo essa ideia, as esposas seriam abandonadas por não conhecerem as técnicas de amor. A primeira impressão de Rami sobre os diversos relacionamentos mantidos pelo marido é explicada a partir da opinião compartilhada pelas outras esposas de que a mulher deve ser eficiente na gestão da casa e, também, precisa ser eficiente na administração do prazer, que só é ensinado para as mulheres que frequentaram as escolas do amor.

Ao mesmo tempo em que observa a cegueira do colonizado, a narradora denuncia a hipocrisia no processo de proibição da poligamia, identificada como parte da “cultura retrógrada” que os moçambicanos compartilhavam:

No comício do partido aplaudimos o discurso político: abaixo a poligamia! Abaixo! Abaixo os ritos de iniciação! Abaixo! Abaixo a cultura retrógrada! Abaixo! Viva a revolução e a criação do mundo novo! Viva! Depois do comício, o líder que incitava o povo aos gritos e vivas e abaxos ia almoçar e descansar em casa de uma segunda esposa (CHIZIANE, 2004, p. 92-93).

A ironia da cena sugere a identificação de uma técnica de performatividade que deseja inserir os membros da comunidade em um projeto de modernidade garantida aos que manifestassem publicamente o desejo pelo fim da poligamia, embora preservassem os privilégios associados à união com várias esposas. Continuando sua crítica, em outro momento, a narradora observa que “Todo o problema parte da fraqueza dos nossos antepassados. Deixaram os invasores implantar seus modelos de pureza e santidades. Onde não havia poligamia, introduziram-na. Onde havia, baniram-na. Baralharam tudo, os desgraçados” (CHIZIANE, 2004, p. 93). Nesse ponto, a autora retoma um importante tema para o romance, a diversidade cultural moçambicana. Como citado no início deste artigo, as fronteiras dos Estados africanos não consideram os diferentes povos e línguas distribuídos em seus territórios. Moçambique é mais um dos países onde a diversidade de grupos étnicos parece ser ignorada pelo Estado.

As normas impostas pelos colonizadores e confirmadas após a independência foram um elemento importante para as alterações na forma como esses povos vivem, “Baralharam tudo”. Ao longo do texto são apresentadas diversas particularidades que singularizam as populações que habitam o norte, o centro e o sul de Moçambique, refletidas a partir da imagem construída pelas esposas de Tony.

O livro aborda a diversidade étnica no norte, centro e sul de Moçambique e elabora um relato estereotipado da feminilidade, retratando as cinco mulheres de acordo com seu local de origem: Rami vem de Maputo (sul),

Julieta de Inhambane (centro), Luísa de Zambésia (centro norte) Mauá (Macua) e Sally (Maconde) do norte (MARTINS, 2006, p. 74).⁶

Apesar de uma descrição que se aproxima da caricatura, em alguns momentos, o reconhecimento das especificidades de cada povo não visa a separação entre eles, pelo contrário. A construção de uma família que une mulheres de diferentes partes do país apresenta uma possibilidade de integração moçambicana, propõe uma coalizão entre diferentes povos.

Embora seja sugerido o reconhecimento e amparo legal dos relacionamentos apresentados no romance, a proibição do casamento poligâmico é determinada pela Lei n. 10, de 25 de agosto de 2004, conhecida como Lei da Família. Nela é expressa a condição básica para o casamento na República de Moçambique, “O casamento é a união voluntária e singular entre um homem e uma mulher, com o propósito de constituir família, mediante comunhão plena de vida” (Artigo 7, Lei n. 10/2004, de 25 de agosto). Apesar de proibido, a Constituição da República de Moçambique de 2004, no artigo 120, parágrafo quarto, reconhece a existência de filhos nascidos dentro e fora do casamento e determina que pais e mães devem prestar assistência a eles. Destaco que as referidas leis foram instituídas em momento posterior à publicação do romance e por isso considero que antes desse período não havia instrumentos legais para cobrar os pais que colaborassem com a criação/alimentação dos filhos nascidos fora de relacionamentos reconhecidos pelo Estado.

Ao ver os filhos de Tony crescendo em meio a dificuldades financeiras, Rami orienta as outras esposas a exigirem de Tony os deveres de pai: “Um dia disse às minhas rivais: venham, venham todas exigir o pão quando vos falta, despertar o Tony à noite se por acaso aqui estiver quando as crianças têm febre, e quando, na escola, os professores exigem a presença do encarregado de educação” (CHIZIANE, 2004, p. 117). Sem citar mecanismos legais para exigir que o pai fosse responsabilizado pelos cuidados com filhos e esposas, Rami lembra que na região sul de Moçambique, onde a trama se desenrola, havia a possibilidade desse reconhecimento via práticas tradicionais. O casamento tradicional, sinônimo de lobolo, permite o reconhecimento de esposas e filhos e estabelece um conjunto de responsabilidades para o marido.

No sul, homem que não lobola a sua mulher perde o direito à paternidade, não pode realizar o funeral da esposa nem dos filhos. Porque é um ser inferior. Porque é menos homem, filhos nascidos de um casamento sem lobolo não têm pátria. Não podem herdar a terra do pai, muito menos da mãe. Filhos ficam com o apelido materno. Há homens que lobolaram as suas esposas depois de mortas, só para lhes poderem dar um funeral condigno. Há homens que lobolaram os filhos e os netos já crescidos, só para lhes poder deixar herança. Mulher não lobolada não tem pátria. É de tal maneira rejeitada que não pode pisar o chão paterno nem mesmo depois de morta (CHIZIANE, 2004, p. 47).

⁶ Texto original: “The book addresses ethnic diversity in the North, Centre and the South of Mozambique and advances a stereotypical account of womanhood by depicting the five women according to their place of origin: Rami comes from Maputo (South), Julieta from Inhambane (Centre), Luísa from Zambésia (Centre North) Mauá (Macua) and Sally (Maconde) from the North” (MARTINS, 2006, p. 74).

O arranjo familiar descrito em *Niketche* une diferentes manifestações culturais que marcam características importantes dos povos que vivem no norte e no sul de Moçambique. Os ritos de iniciação (comuns no norte) e o lobolo (comum no sul) são mobilizados para a construção de um arranjo que une as diversas culturas do país. Dessa forma, a poligamia é institucionalizada através da produção de um documento que formaliza a relação, atribuindo através da elaboração de um registro escrito a legalidade que é negada pelo Estado: “Nos lobolos todos introduzimos uma inovação: a certidão de lobolo, com todas as cláusulas contratuais [...]. Com tantas assinaturas, aquilo ultrapassava uma certidão” (CHIZIANE, 2004, p. 125).

Niketche, uma proposta política

As reflexões da personagem Rami são produzidas a partir da troca de experiências com outras mulheres, o que faz de *Niketche* um romance que destaca como os conhecimentos e as relações compartilhadas entre mulheres podem produzir melhores condições de vida para elas. Ao identificar o romance como um projeto político, destaco que as relações que são construídas entre as personagens parecem ter três objetivos principais. O primeiro pretende mostrar que as mulheres não são inimigas. No início da narrativa, Rami briga com algumas das esposas de Tony. Após essas brigas, ela reflete sobre suas atitudes e identifica que está agindo de forma errada: “Agrediste a vítima e deixaste o vilão” (CHIZIANE, 2004, p. 27). A partir desse ponto, a personagem começa a buscar uma solução que possa diminuir as dificuldades que ela e as outras esposas enfrentavam. Nesse percurso ela reflete sobre a história de Moçambique, elencando elementos políticos e culturais que favorecem a assimetria de poder entre mulheres e homens.

O segundo objetivo é construir uma rede de apoio entre as mulheres. Essa associação começa a ser organizada entre as esposas no momento em que elas se reúnem com Rami para preparar a festa de aniversário de 50 anos de Tony. De concorrentes elas passam a ser parceiras. Durante a festa, elas cobraram a formalização das uniões, de acordo com as tradições do sul de Moçambique, o que implicava a realização do casamento tradicional com pagamento do *lobolo* e reconhecimento dos filhos:

O ciclo de lobolos começou com a Ju. Foi com dinheiro e não com gado. Lobolou-se a mãe, com muito dinheiro, num lobolo-casamento. As crianças foram legalmente reconhecidas, mas não tinham sido apresentadas aos espíritos da família. Era preciso trazê-las do tecto da mãe para a sombra do patriarca num acto de lobolo-perfilha, uma forma de legitimá-la uma vez que nasceram fora das regras de jogo de uma família polígama. Depois fez-se o lobolo da Lu e dos filhos. As nortenhas espantaram-se. Essa história de lobolo era nova para elas. Queriam dizer não por ser contra os seus costumes culturais. Mas envolve dinheiro e muito dinheiro. Dinheiro para os pais, dinheiro para elas, e para os filhos. Dinheiro que faz falta para comer, para viver, para investir. Quando se trata de benesses,

qualquer cultura serve. Elas esqueceram o matriarcado⁷ e disseram sim à tradição patriarcal (CHIZIANE, 2004, p. 124-125).

Ao longo da trama, Rami trabalha para que as esposas e os filhos de Tony tenham seus direitos reconhecidos. A união entre as mulheres faz Saly perceber que: “- As mulheres, de mãos dadas, podem mudar o mundo” (CHIZIANE, 2004, p. 290). Sobre a aparência de agradar ao marido, reconhecendo o direito de ele ter várias esposas, Rami possibilita o reconhecimento de esposas e filhos, tornando-os membros de uma família e tirando-os do espaço liminar que ocupavam socialmente.

O terceiro elemento pode ser resumido na proposta de convivência da poligamia e da monogamia como arranjos conjugais possíveis. No final do romance, Julieta, Luisa, Saly e Mauá Sualé se separam de Tony e conquistam independência financeira. Elas reconstróem suas vidas em relacionamentos que são aparentemente monogâmicos, mas existe a possibilidade de construção de novos arranjos poligâmicos como o que Luísa propõe a Rami. Após casar-se com Vito, Luísa sugere que Rami se una a ela, formando assim um novo arranjo polígamo composto por Luísa, Vito e Rami. Nesse sentido, não seria a legislação ou o interesse exclusivo dos homens que determinaria o modelo de relacionamentos possíveis. Os interesses de cada pessoa envolvida deveriam ser considerados durante a organização cada arranjo familiar.

A partir da produção de uma crítica às influências coloniais na forma de organização das famílias em Moçambique, destacando a influência da legislação e da cultura portuguesa na sociedade moçambicana pós independência, Chiziane elabora uma proposta de ruptura de tal situação. Ao descrever os relacionamentos que muitas mulheres estão submetidas, a autora apresenta os efeitos do que Julieta Paredes (2017) conceituou como Entroncamento de Patriarcados. Esse entroncamento é percebido no momento em que a imposição da monogamia desestabiliza a organização social no sul de Moçambique, embaralhando as normas que regulavam as práticas sociais. Da relação entre as sociedades moçambicanas e a sociedade portuguesa, constitui-se uma nova relação entre homens e mulheres, que piora a situação de vida de muitas mulheres. Segundo Paredes (2017), as relações de gênero em ambientes pré intrusão colonial, na América Latina, eram marcadas por uma relação que ela denomina como patriarcado de baixa intensidade, de acordo com sua análise, o contato entre colonizador e colonizado reformularam as relações de gênero, e esse encontro de patriarcados intensificaram a opressão de homens sobre as mulheres. Tal opressão se apoia na forma de estruturação da sociedade colonial, na qual

as mulheres colonizadas tinham de negociar não só os desequilíbrios em suas relações com seus próprios homens, mas também o barroco e violento conjunto das regras e restrições hierárquicas que estruturavam suas novas relações com os homens e as mulheres do império

⁷ Como nos lembra Touré (2002), na África, o termo matriarcado não parece ser o mais específico para definir os arranjos familiares que se organizam em torno da linhagem materna como no costume das personagens nortenhas. Matrilinearidade não deve ser confundido com matriarcado. “Nas sociedades matrilineares também os interesses das mulheres permanecem subordinados à dominação masculina” (Tradução minha, TOURÉ, 2002, p. 114).

(McCLINTOCK, 2010, p. 21)

Assim, as relações construídas no mundo colonial posicionam o homem branco no topo de uma hierarquia, seguido pela mulher branca, pelo homem nativo, e em último lugar, pela mulher nativa. Compreendo que a utilização desse conceito no contexto moçambicano pode parecer apressado, mas uma passagem do livro sintetiza ideia semelhante à que está presente no conceito de Paredes (2017). Quando Chiziane apresenta o “ciclo da subordinação”, ela descreve uma hierarquia social semelhante à construída nas colônias das Américas, que colocam no topo a figura do homem branco e na base a mulher nativa.

O branco diz ao preto: a culpa é tua. O rico diz ao pobre: a culpa é tua. O homem diz à mulher: a culpa é tua. A mulher diz ao filho: a culpa é tua. O filho diz ao cão: a culpa é tua. O cão furioso ladra e morde ao branco e este, furioso, grita de novo para o preto: a culpa é tua. E a roda continua por séculos e séculos (CHIZIANE, 2004, p. 272).

Além disso, o entroncamento de patriarcados (PAREDES, 2017) pode ser associado ao contexto de Moçambique pela observação registrada no trabalho de Gasparetto: “O sistema colonial agravou a situação interna das mulheres moçambicanas, submetidas a uma concepção dominante no sistema tradicional que as inferioriza com as práticas do *lobolo* - que as coloca como objeto de compra e venda” (GASPARETTO, 2019, p. 80). Entretanto, ao proibir a poligamia, mas permitir que homens tenham vários relacionamentos, aumentou-se os privilégios destes em relação às mulheres. A proposta que inicialmente pretendia reduzir a dominação de homens sobre as mulheres, acabou por interditar “redes de apoio mútuo entre mulheres, incentivadoras da sua própria construção dos papéis a desempenhar na família” (TEIXEIRA, 2009, *apud* GASPARETTO, 2019, p. 83). A poligamia ao ser regida por um conjunto de normas que asseguram direitos mínimos em relação ao reconhecimento dos direitos dos filhos gerados nesse relacionamento e da inserção das mulheres em um grupo social de apoio, como o que Rami construiu, oferece condições mínimas de segurança para as mulheres.

A rede de apoio que é construída por essas mulheres proporciona autonomia financeira para as esposas. Rami, a primeira esposa, a quem socialmente é atribuído o papel de líder das mulheres, financia pequenos negócios com as economias que fazia. Esse apoio faz com que Rami e as demais esposas tenham independência financeira, gerando novas expectativas de vida para as esposas. Ao garantir uma renda via trabalho no mercado, no salão de beleza ou nas outras atividades em que as esposas conquistaram sucesso, as migalhas de pão que o marido polígamo fornecia passam a ser menos interessantes para as demais mulheres. A obediência às rígidas normas de cuidados que deveriam ser obedecidas no casamento, baseadas na submissão da esposa, começam a ser relaxadas. A ideia inicial da poligamia como uma necessidade, transforma-se, ao longo do texto, com a conquista de autonomia financeira das mulheres. Conseqüentemente, as mulheres reorganizam suas vidas e começam a buscar parceiros para relacionamentos mais isonômicos:

Enquanto o rei está preso as escapadelas são maiores. Os segredos da Lu só ela é que os entende, embora eu partilhe de alguns. Mas será só a Lu que tem segredos? Acho que não. Todas telefonamos umas para as outras quando ele se escapa. É uma senha. O leão está solto na rua e ninguém sabe onde vai parar. É preciso prendê-lo. Amordaçá-lo. Preso ele, e nós em liberdade (CHIZIANE, 2004, p. 260).

A relação formada entre as esposas reverte a posição que estas ocupavam inicialmente, de submissas, elas passam a submeter Tony à um conjunto mínimo de regras. Nesse processo, as conquistas da luta feminista frequentam as conversas das esposas: “falamos dos casamentos modernos e dos casamentos antigos. Das correntes feministas que modificam a face da terra. Falamos dos divórcios que sobem em flecha” (CHIZIANE, 2004, p. 318). A referência ao feminismo sugere que ele começa a influenciar a vida das mulheres em Moçambique e que casamentos infelizes começam a ser rompidos. Apesar das referências ao feminismo, num exercício de “decolonização”, Chiziane associa a história de luta das mulheres moçambicanas à história de Vuyazi, princesa insubmissa, que é apresentada como um modelo para a luta contra a opressão a que as mulheres estão submetidas. A história de Vuyazi inspira o manifesto feminista apresentado entre as páginas 292 e 294. Além dessa passagem, é estabelecido um diálogo entre o feminismo moçambicano e o feminismo europeu com a citação da célebre frase de Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, na página 35. Junto com a descrição dos problemas enfrentados por mulheres em Moçambique, Paulina Chiziane apresenta um modelo político que articula as relações entre Direitos Humanos e Cultura que parece tensionar as atividades de luta por direito das mulheres em Moçambique.

A proposta da autora se aproxima do conceito defendido por Segato (2012) de “devolução da história”, e consiste em propor uma ação do Estado que devolva a autonomia das mulheres, permitindo que diferentes sujeitos “implementem seu próprio projeto histórico [...] longe de um Estado que impõe sua própria lei, será um Estado restituidor da jurisdição própria e do foro comunitário, garantia da deliberação interna” (SEGATO, 2012, p. 112). Dessa forma,

A brecha descolonial que é possível pleitear dentro da matriz estatal será aberta, precisamente, pela devolução da jurisdição e a garantia de deliberação, o que não é outra coisa que a *devolução da história*, da capacidade de cada povo de implementar seu próprio projeto histórico. [...] O argumento relativista deve ceder lugar ao argumento histórico, da história própria, e do que propus chamar pluralismo histórico, que outra coisa não é que uma variante não culturalista do relativismo, apenas imune à tendência fundamentalista inerente a todo culturalismo (SEGATO, 2012, p. 112).

No romance, Rami realiza em escala familiar, o que Segato propõe para o plano comunitário. A narrativa de Chiziane aproxima tendências que parecem se opor no cenário de lutas pela emancipação das mulheres em Moçambique. Os quais, para efeito da discussão proposta, resumo na posição pró Direitos Humanos, representada por Conceição Osório (2013), e na defesa das práticas tradicionais, representada por Esmeralda Mariano (2017). Entre os estudos de Conceição Osório (2013) e Esmeralda

Mariano (2017) percebemos posições que parecem se opor. De um lado temos uma proposta que busca o reconhecimento de Direitos Humanos para as mulheres, defendido pelo estudo de Osório. Para esta pesquisadora, o alongamento dos lábios vaginais é uma mutilação e a poligamia representa um arranjo familiar que acentua a opressão das mulheres. A posição de Osório é influenciada por definições da Organização Mundial da Saúde. Para este organismo, o alongamento dos lábios vaginais é considerado uma mutilação (OSÓRIO, 2013, p. 118). De outro lado, Mariano expõe uma posição culturalista que reconhece o alongamento dos lábios vaginais como uma forma de construção da identidade de uma parcela das mulheres que vivem em Moçambique, e como tal não deveria ser proibida, pelo menos, não sem que as mulheres tivessem a possibilidade de se posicionarem sobre tal tema.

Para pensarmos sobre a separação entre estas duas posições vou recorrer às análises das pesquisadoras sobre os ritos de iniciação e a técnica de alongamento dos lábios vaginais. Osório identifica estas práticas como a negação de direitos às crianças que, em algumas situações, são submetidas aos ritos de iniciação com oito anos de idade. Segundo a pesquisadora, o problema

refere-se ao modo como os ritos de iniciação, como instituição, incitam, através dos ensinamentos que aí são transmitidos (que se constituem como verdade), o início precoce da vida sexual, os “casamentos” prematuros e o abandono da escola. Tendo em conta as tensões e ambiguidades entre os discursos das/os várias/os informadoras/es, a questão vai destacar os conflitos que ocorrem entre direitos humanos das crianças e jovens e um modelo cultural assente na assunção das crianças como não sujeitos de direitos (OSÓRIO, 2013, p. 346).

Do outro lado, Mariano observa que as técnicas de alongamento dos lábios vaginais, ensinadas durante os ritos de iniciação, não podem ser analisados apenas sob uma ótica de dominação / submissão das mulheres. Durante sua pesquisa, com as mulheres de Tete (região central de Moçambique), ela observa que a técnica “constitui um dos aspectos fundamentais da construção do corpo, da sexualidade e do bem-estar da mulher” (MARIANO, 2017, p. 78). A partir da pesquisa, Mariano compreende “a importância das contra-narrativas, nas quais o prazer, a agência e o poder sexual feminino nos permitem descobrir uma tradição viva e uma comunidade de mulheres que se sentem poderosas” (MARIANO, 2017, p. 80). Frente a essa posição Osório (2013) observa que a relativização proposta por Mariano tenta negar a dominação de homens sobre as mulheres. Segundo Osório, a prática de alongamento dos lábios vaginais

é acompanhada ao longo da puberdade por ensinamentos que geram orgulho, criando mecanismos de identificação e pertença ao grupo e ao mesmo tempo de exclusão face àquelas que não realizaram o alongamento dos lábios vaginais. Isto significa que, validando como norma o aparente empoderamento conferido a esta prática, se naturaliza a domesticação do corpo feminino, gerando acordos e investimentos simbólicos (OSÓRIO, 2013, p. 350).

Em vez de apoiar uma posição pró ou anti ritos de iniciação o romance de Paulina Chiziane sugere a busca por um ponto de equilíbrio, que reconheça os pontos positivos das duas posições, que também são observadas na discussão sobre poligamia e *lobolo*. Apesar das análises de Osório (2013) e Mariano (2017) se oporem pontualmente, elas apresentam argumentos válidos que pretendem promover melhores condições de vida para as mulheres do país. Nesse sentido, a reflexão de Segato (2012) preconiza que se reconheça os problemas registrados por Osório (os ritos de iniciação promovem a mutilação vaginal das meninas e favorecem os casamentos prematuros) e as vantagens registradas por Mariano (Os ritos de iniciação são uma forma de produção da identidade de mulheres permitindo que estas tenham conhecimento sobre seus corpos e obtenham prazer a partir da sua sexualidade) e, a partir de uma discussão, em conjunto com as mulheres envolvidas, sejam propostas ações que possam dirimir os sofrimentos produzidos pelos ritos de iniciação.

Por perceber esse projeto, aproximo a ação de Rami com a proposta de Segato de “devolução da história”. Ao perceber que a legislação vigente parece causar mais problemas que benefícios, Rami adere às práticas tradicionais do *lobolo* e da poligamia como uma ação emergencial. Nos termos representados pelo romance, a prática é mobilizada para reduzir o sofrimento das esposas. Dessa maneira, Chiziane discute a poligamia no foro comunitário, sem uma intervenção do Estado. Nos termos de Segato, o romance sugere que “Cada povo deveria ter as condições de deliberar internamente como mudar ou contornar os costumes que levam a sofrimento desnecessário alguns de seus membros” (2012, p. 113).

Considerações Finais

A crítica apresentada pelo romance ilustra que “é a esfera pública que hoje alimenta e aprofunda o processo colonizador” (SEGATO, 2012, p. 118). Nesse sentido, o Estado moçambicano, descrito por Paulina Chiziane, reforça as marcas da colonização ao impor quais arranjos familiares são legalmente aceitos; e ao determinar quais são os conhecimentos válidos, inferiorizando, assim, os ritos de iniciação, em favor dos conhecimentos divulgados por igrejas cristãs ou instituições de ensino como as universidades. A tensão entre o que é apresentado como “costumes retrógrados” (as escolas de amor, a poligamia, a prática das religiões tradicionais) e o que seriam os “hábitos modernos” (a universidade, a monogamia, o cristianismo, e a própria legislação estatal) ilustra a força da presença de um discurso colonial que busca produzir o mundo como um reflexo de uma sociedade europeia que deve apagar a história e conhecimentos produzidos por povos não europeus.

Em função dessa crítica, o romance de Paulina Chiziane dialoga com uma reflexão feminista que incorpora a discussão descolonial para reivindicar melhores condições de vida para as mulheres. Essa nova condição de vida deve ser buscada a partir da compreensão das especificidades vividas por mulheres não brancas, em

contextos de longa experiência de colonização e opressão das populações originárias como ocorre em países como Bolívia, Brasil e Moçambique. Por isso, identifico a sintonia entre o pensamento de Chiziane e autoras como Rita Segato (2012) e Julieta Paredes (2017). Nesse sentido, *Niketche: uma história da poligamia*, além de elaborar uma crítica ao colonialismo, pode ser identificado como um projeto político que busca a compreensão do processo histórico de opressão de mulheres em contextos não-europeus, e pensa alternativas para essa opressão a partir de modelos de sociabilidades possíveis de serem colocados em prática no ambiente familiar ou comunitário.

O processo para a elaboração dessas novas formas de viver passam pela organização entre as mulheres e na eleição de prioridades comuns a elas. No romance essas necessidades aparecem estruturadas em etapas de um projeto que deseja: regular a relação entre homens e mulheres reivindicando o reconhecimento do Estado para arranjos monogâmicos ou poligâmicos; reconhecer a paternidade e as obrigações dos pais para com a criação dos filhos, independente do arranjo familiar em que estes foram gerados; fomentar atividades que proporcionem uma fonte de renda para as mulheres, para que elas não precisem se submeter aos desmandos de um parceiro; elaborar um discurso que estimule as mulheres a buscarem relacionamentos não opressivos.

Em função desse projeto, ao longo do livro, as esposas de Tony reivindicam e são reconhecidas socialmente como esposas a partir das práticas tradicionais do *lobolo*. Devido a proibição legal, elas produzem um documento em que a comunidade reconhece a validade dos relacionamentos; os filhos são reconhecidos e passam a formar a família do pai, condição social que parece proporcionar melhores perspectivas para estes; as esposas, após conquistarem independência financeira, não aceitam mais serem submetidas ao rígido conjunto de obrigações que cercam a relação entre marido e mulher naquela sociedade; as esposas separam-se e procuram parceiros para a formação de novos arranjos familiares, em busca de relacionamentos menos opressivos, os quais podem ser monogâmicos ou poligâmicos. Finalmente, a narrativa propõe que mulheres devem se organizar para conquistarem direitos e podem construir arranjos familiares a partir dos seus interesses, reformulando-os ou construindo novos relacionamentos quando condições mais interessantes forem possíveis.

Referências

- BAGNOL, Brigitte. "Female initiation rituals and sexuality in northern Mozambique". In: Donna Castaneda (ed.). *The essential handbook of women's sexuality*. Santa Barbara: Praeger. v. 1, p. 143-166. 2011.
- CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. 2007. 475f. Doutor (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CHIZIANE, Paulina. *Niketche: uma história de poligamia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

- DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidad y eurocentrismo”. In: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/dussel/artics/europa.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2020.
- GASPARETTO, Vera Fátima. *Vavasati Vatinhenha e a Rede Fórum Mulher: estratégia política, gestão e articulação*. 2019. 462f. Doutora (Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. In: *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242
- PINTO, Teresa Nogueira. “Ruanda: entre a segurança e a liberdade”. In: *Relações Internacionais*. n. 32. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n32/n32a04.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- MARIANO, Esmeralda. Ser antropóloga entre local e global. In: *Revista Antropológica*. v.60. n.3. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/141649/137238>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- MARTINS, Ana Margarida Dias. “The Whip of Love: Decolonising the imposition of authority in Paulina Chiziane's *Niketche: uma história de Poligamia*”. In: *The Journal of Pan African Studies*. v.1, n.3, March, 2006.
- McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- MOÇAMBIQUE. Constituição (2004). Constituição da República de Moçambique: 2004 Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Constituicao-da-Republica>. Acesso em: 28 dez. 2019.
- MOÇAMBIQUE. Lei n. 10, de 25 de agosto de 2004. Boletim da República de Moçambique, Maputo, MZ, 2004.
- OSÓRIO, Conceição; MACUÁCUA, Ernesto. *Os ritos de iniciação no contexto actual: ajustamentos rupturas e confrontos. Construindo identidades de gênero*. CIEDIMA; WLSA: Maputo, 2013.
- PAREDES, Julieta. El feminismocomunitario: la creación de un pensamiento propio. In: *Corpus: Archivos virtuales de la alteridad americana*. v.7. n.1. 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/corpusarchivos/1835>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 01 jan. 2020.
- SEGATO, Rita Laura. “Gênero e Colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”. In: *e-cadernos CES*, v. 18, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- SILVA, Lurdes da Balbina Vidigal Rodrigues da. “Communitie's practices os promoting sexual and reproductive health and otrher knowledge in Mozambique”. In: *Criar Educação, Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*. Criciúma. v.5, n.1. 2016.
- TOURÉ, Marema. « La Recherche sur le genre em Afrique. Quelques aspects

epistemologiques, theoriques et culturels ». In: *Genre et dynamiques socio-économiques et politiques en Afrique*. CODESRIA: Dakar, 2011. Disponível em: <https://www.codesria.org/spip.php?article1263&lang=en>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Recebido em: 28/06/2020

Aceito em: 29/06/2020

Referência eletrônica: SILVA, Renato Kerly Marques. *Niketché*: um romance sobre colonialidade e luta das mulheres. *Criação & Crítica*, n. 27, p., nov. 2020. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/criacaoecritica>>. Acesso em: dd mmm. aaaa.